

**PREFEITURA MUNICIPAL DE XANXERÊ-SC**  
**ILUSTRE SENHOR PREGOEIRO / SETOR RESPONSÁVEL LICITAÇÕES**

Edital Pregão Presencial 0099/2019

Processo 0181/2019

Recorrente: Cetrilife LTDA

**CETRILIFE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA** pessoa jurídica, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 26.522.047/0001-09, com sede na com sede no Acesso Angelo Baldissera, ch 20, km 05, linha Água Amarela, em Chapecó-SC, vem respeitosamente perante Vossa Senhoria, apresentar suas

**RAZÕES DE RECURSO**

A Ata exarada no âmbito do presente procedimento que entendeu por declarar como vencedora a empresa Continental Obras e Serviços Ltda, o que faz segundo os termos e fundamentos a seguir:

1. O presente certame tem como objeto precípuo a "execução de Serviços de Coleta, Transporte, Tratamento e Disposição Final de Resíduos da Saúde (A, B, e E), produzidos nas Unidades de Saúde pertencente ao município,".

Não há dúvidas de que a declaração de vencedora da Recorrida ocorreu de maneira eivada, talvez não intencional, mas que sem sombra de dúvida macula todo o processo e que merece, portanto, pronta e urgente intervenção sob pena do cometimento dos inúmeros e mais relevantes prejuízos, mormente financeiros ao ente.

Desta forma, em virtude da Recorrida **não** ter apresentado elemento e documento imprescindível e solicitado/exigido em edital para a participação no presente certame, a reforma da decisão que entendeu por classifica-la e declará-la como vencedora é medida a ser imposta, o que então desde já, respeitosamente se requer.

## 2. Do cabimento do presente Recurso.

Conforme possível extrair do edital de chamamento, todos os licitantes e cidadãos podem intervir e se insurgir quanto as normativas previstas no documento originário, como também e principalmente frente às decisões proferidas no âmbito do procedimento.

Isso é o que se conclui em breve e suscita leitura ao disposto no item "18" do edital:

### 18. DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS:

18.1. Por ocasião do final da sessão, após a declaração do vencedor pelo pregoeiro, a(s) proponente(s) que participou(aram) do PREGÃO ou que tenha(m) sido impedida(s) de fazê-lo(s), se presente(s) à sessão, deverá(ão) manifestar imediata e motivadamente a(s) intenção(ões) de recorrer.

Pois bem. No caso concreto, houve manifestação expressa e motivada na ata que se busca reforma, conforme se infere:

com Art. 48 da Lei 8.666/90. Por conseguinte, após a manifestação do vencedor pelo pregoeiro, a(s) proponente(s) que participou(aram) do PREGÃO ou que tenha(m) sido impedida(s) de fazê-lo(s), se presente(s) à sessão, deverá(ão) manifestar imediata e motivadamente a(s) intenção(ões) de recorrer. O pregoeiro informou que havendo intenção de interpor recurso o proponente deve manifestar-se, lavrando-se em ata o motivo e abrindo-se o prazo recursal. O representante da empresa CETRILIFE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA ME manifesta intenção de recurso contra a habilitação da empresa CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA, por não ter apresentado a certidão do eProc, conforme consta na Certidão de Falência, Concordata e Recuperação Judicial. Alega, ainda, que o órgão responsável pela emissão é o Tribunal de Justiça, e não a FECAM. O representante da empresa CETRILIFE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA ME solicita cópia dos documentos de habilitação da empresa CONTINENTAL OBRAS E SERVIÇOS LTDA, sendo fornecido pelo pregoeiro. O pregoeiro declara encerrada a presente sessão e abre prazo recursal de 03 (três) dias úteis. O envelope da empresa CETRILIFE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA ME permanece em poder da comissão devidamente lacrado.

Adicionalmente, mais havendo a constar, lavrou-se o presente termo que será assinado pelos presentes.

Xanxerê, 31 de Outubro de 2019

Tendo ocorrido a sessão em 31.10.2019, percebe-se com clareza solar que o presente recurso possui todos os elementos e requisitos para seu conhecimento (quer seja temporal, como também em relação a manifestação expressa em ata), sendo imperioso seu provimento, conforme se comprovará adiante.

### **3. Ausência e inexistência de Documentação Imprescindível – Descumprimento a Vinculação do Edital.**

Nos termos superficialmente descritos acima, a decisão que declarou como primeira colocada a empresa Recorrida merece urgentíssima reforma.

Conforme se percebe com clareza solar, a intervenção desta R. Comissão se deu de maneira a extrapolar todos os limites e razoabilidade, mormente a letra da lei de licitações.

No caso concreto, é incontroverso e já confessado que a Recorrida deixou de apresentar o documento previsto em edital, qual seja: "Certidão de Falência, concordata e recuperação judicial do Eproc".

Tal exigência, aliás, vinha expressa e claramente prevista no bojo do edital, mais precisamente em seu item "8", III:

#### **III. QUALIFICAÇÃO ECONOMICO-FINANCEIRA**


- a) Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, dentro do seu prazo de validade;

**Contudo, buscando atender a tal exigência, a recorrida apresentou somente UMA DAS CERTIDÕES, sabedora e ciente de que tal encaminhamento não seria suficiente ao cumprimento do requisito. Apresentou a certidão expedida pelo E-SAj.**

**Veja que o documento exigido, tinha como encaminhamento para cumprimento a apresentação de certidão em dois sistemas distintos. Isto porque, o TJSC (tribunal que expede dita certidão) atualmente trabalha com dois sistemas. EProc e E-Saj.**

**Tanto era de seu conhecimento, que buscando subterfúgios para seu descumprimento é que a propria Recorrida apresentou documento cuja vinculatividade é inexistente para solicitar que ESTA COMISSÃO DILIGENCIASSE E APRESENTASSE EM SEU FAVOR O DOCUMENTO QUE A EMPRESA, DELIBERADAMENTE DEIXOU DE JUNTAR.**

Os documentos de habilitação devem estar dentro do Envelope 02 habilitação, tal declaração de falência foi apresentada incompleta pela empresa Continental, uma vez que a mesma apresentou somente declaração E-Saj...e atualmente o TJ, que é o órgão responsável pelo fornecimento de tal declaração, trabalha com dois sistemas juntos.. "E-saj" e "E-proc", conforme consta em atas as declarações citação que uma só é considerada VALIDA se apresentada em conjunto com a outra, conforme abaixo:

 PODER JUDICIÁRIO TRIBUNAL DE JUSTIÇA de Santa Catarina	Número do pedido: 220636 FOLHA: 1 / 1
<b>CERTIDÃO FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL Nº: 220636</b>	
À vista dos registros constantes no <b>sistema eproc do Primeiro Grau de Jurisdição</b> do Poder Judiciário de Santa Catarina, utilizando como parâmetro os dados informados pelo(a) requerente, NADA CONSTA distribuído em relação a:	
<b>NOME: CETRILIFE TRATAMENTO DE RESIDUOS DE SERVICOS DE SAUDE LTDA</b> Raiz do CNPJ: 26.522.047 Certidão emitida às 13:41 de 01/10/2019.	
<b>OBSERVAÇÕES</b>  1) Esta certidão tem validade de 60 (sessenta) dias a contar da data da emissão. 2) Será negativa quando não houver feito em tramitação contra a pessoa a respeito da qual foi solicitada; 3) Certidão expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial; 4) Foram considerados os normativos do CNJ; 5) Os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;	
<b>ATENÇÃO:</b> A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema de automação da justiça - SAJ5, disponível através do endereço <a href="https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do">https://esaj.tjsc.jus.br/sco/abrirCadastro.do</a>	



01/10/2019 9439569

**PODER JUDICIÁRIO**  
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SANTA CATARINA  
Comarca de Chapecó

**CERTIDÃO**  
**FALÊNCIA, CONCORDATA E RECUPERAÇÃO JUDICIAL**

CERTIDÃO Nº: 6859089

FOLHA: 1/1

À vista dos registros cíveis constantes nos sistemas de informática do Poder Judiciário do Estado de Santa Catarina da Comarca de Chapecó, com distribuição anterior à data de 30/09/2019, verificou-se NADA CONSTAR em nome de:

**CETRILIFE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA, portador do CNPJ: 26.522.047/0001-09.** \*\*\*\*\*

**OBSERVAÇÕES:**

- a) para a emissão desta certidão, foram considerados os normativos do Conselho Nacional de Justiça;
- b) os dados informados são de responsabilidade do solicitante e devem ser conferidos pelo interessado e/ou destinatário;
- c) a autenticidade deste documento poderá ser confirmada no endereço eletrônico <http://www.tjso.jus.br/portal>, opção Certidões/Conferência de Certidão;
- d) para a Comarca da Capital, a pesquisa abrange os feitos em andamento do Foro Central, Eduardo Luz, Norte da Ilha, Fórum Bancário e Distrital do Continente;
- e) certidão é expedida em consonância com a Lei nº 11.101/2005, com a inclusão das classes extrajudiciais: 128 - Recuperação Extrajudicial e 20331 - Homologação de Recuperação Extrajudicial.

**ATENÇÃO:** A presente certidão é válida desde que apresentada juntamente com a respectiva certidão de registros cadastrados no sistema eproc, disponível através do endereço <https://certeproc1g.tjso.jus.br>

Certifico finalmente que esta certidão é isenta de custas.

Esta certidão foi emitida pela internet e sua validade é de 60 dias.

Mesmo reconhecendo a inexistência de documentação hábil, ao invés de dar encaminhamento aos atos de inabilitação da empresa Recorrida, a Comissão entendeu EM ATUAR EM SEU NOME, JUNTAR DOCUMENTO QUE A EMPRESA NÃO JUNTOU E DECLARÁ-LA VENCEDORA, em detrimento da obrigação da recorrida diligenciar em tal sentido, e isto, com todo e o devido respeito é ultrajante e indevido.

As próprias certidões são autoexplicativas quando cientificam o recebedor sobre a necessidade de obtenção de ambos os sistemas (Eproc e E-SAJ). Tanto o é, que a recorrida tinha esta ciência, optando, somente por não cumprir as regras do jogo.

Não se desconhece o teor do art. 43 da Lei de Licitações. Contudo, sua redação é extremamente clara ao possibilitar a realização de diligência destinada ao ESCLARECIMENTO, ficando expressamente vedada a inclusão posterior de documento e ou informação:

"§ 3º É facultada à Comissão ou autoridade superior, em qualquer fase da licitação, a promoção de diligência destinada a esclarecer ou a complementar a instrução do processo, **vedada a inclusão posterior de documento ou informação** que deveria constar originariamente da proposta."

No caso concreto, como ficou muito bem esclarecido, não houve esclarecimento e ou complementação, mas sim ato em que o ente diligenciou em favor da recorrida, já que trouxe ao processo documento pelo qual a "vencedora", a despeito de ter ciência acerca da necessidade de sua apresentação, deixou intencionalmente de ACOSTAR.

Ao agir da maneira acima descrita, com o devido e máximo respeito, esta Comissão não levou a cabo e deixou de observar o contido no art. 43, §3º como também feriu de morte a redação constante no art. 3 e 41 da Lei 8.666 que preveem:

"Art. 3º A licitação destina-se a garantir a observância do princípio constitucional da isonomia, a seleção da proposta mais vantajosa para a administração e a promoção do desenvolvimento nacional sustentável e será processada e julgada em estrita conformidade com os princípios básicos da legalidade, da impessoalidade, da moralidade, da igualdade, da publicidade, da probidade administrativa, da vinculação ao instrumento convocatório, do julgamento objetivo e dos que lhes são correlatos."

Art. 41. A Administração não pode descumprir as normas e condições do edital, ao qual se acha estritamente vinculada.

Desta forma, não se aplicou o princípio da isonomia (já que tratou a vencedora de maneira desigual e ilegal, acostando documento por si não trazido) como também se feriu o contido no art. 41, já que, a despeito do edital ser vinculativo, a exigência foi alvo de interpretação casuística, o que prejudicou e prejudica a Recorrente a todos os outros eventuais licitantes que se submeteram as regras e dispositivos vinculados e veiculados em edital.

Repete-se e conclui-se: o que se está a tratar aqui é de impropriedades e impossibilidades técnicas da declarada Primeira Colocada, que vieram a macular integralmente o procedimento, devendo, por conta disto, serem providas as presentes razões para o fim de reconhecer o descumprimento da Recorrida tornando consequentemente a Recorrente (que se submeteu integralmente ao contido em edital) como vencedora do certame.

#### **4. Face ao exposto, requer-se respeitosamente:**

Sejam recebidas as razões que ora se apresentam para reconhecer primeiramente o cometimento de ato ilegal e indevido da comissão que, a despeito da obrigação da Recorrida, tomou frente e diligenciou em seu nome e em seu favor obtendo documento não acostado ao feito e, no mérito para reconhecer o descumprimento da Recorrida, tornando-a inabilitada, reformando-se a decisão que entendeu por declará-la vencedora. Em consequência, requer-se seja a Recorrente declarada vencedora do certame, pois se submeteu a todos os rigorosos e expressos requisitos em edital.

Nestes Termos

Pede Deferimento

Chapecó-SC, 04 de novembro de 2019.



---

**CETRILIFE TRATAMENTO DE RESÍDUOS DE SERVIÇOS DE SAÚDE LTDA**

CNPJ/MF sob o nº 26.522.047/0001-09.